CARTA DA REDE NACIONAL DE NÚCLEOS DE ENFRETAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE

A Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas composta por Núcleos de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs) teve sua construção estabelecida como meta do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP) e foi reforçada a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que promoveu a destinação de recursos para a criação de NETPS e PAAHMs em parceria e cofinanciamento com Estados, Distrito Federal e Municípios a partir do ano de 2008.

Todos os esforços desta rede visaram a construção de espaços de gestão e de visibilidade política dos temas de direitos humanos, com estruturas formais, tanto a partir da criação de legislação sobre o tema como a partir da formação de equipes multidisciplinares em dezesseis estados da Federação: Estado do Acre, Estado de Alagoas, Estado do Amapá, Estado do Amazonas, Estado da Bahia; Estado do Ceará, Estado de Goiás, Estado do Maranhão, Estado de Minas Gerais, Estado do Pará; Estado do Paraná, Estado de Pernambuco, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Estado de São Paulo e Distrito Federal.

Dentro das perspectivas de construção de novos espaços de políticas públicas de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a atual gestão do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Pernambuco efetivou diálogo com o Município de Ipojuca, onde hoje existem em atividade um Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, que cuida da demanda local de atenção e cuidado com a realidade da violência contra a mulher.

A atuação dos NETPs foi construída a partir de ações de dialogo e articulação em políticas locais e nacionais, com a proposta de integrar a

temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas às políticas públicas já existentes nas três esferas de poder e de governo.

Com a mesma história de criação e o propósito de enfrentamento ao tráfico de pessoas os Postos de Atendimento Humanizado ao Migrante – PAAHM - foram criados equipamentos e trabalhos de equipe em cinco seguintes regiões do país: AMAZONAS - Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Fluvial de Itacoatiara; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante da Rodoviária de Manaus; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Fluvial de Humaitá; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Porto de Manaus; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Fluvial da Ceasa em Manaus; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante da Rodoviária de Manacapuru; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Fluvial de Parintins; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Fluvial de Coari; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante de Tabatinga; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante de São Gabriel da Cachoeira; Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante de Presidente Figueiredo; CEARÁ - Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, Aeroporto Internacional Pinto Martins; PARÁ - Posto Avançado de Direitos para Viajantes do Aeroporto Internacional de Belém; RIO DE JANEIRO - Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão; SÃO PAULO - Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos. Além dos atuais equipamentos de atendimento, o Estado de MINAS GERAIS está em processo de implantação de mais um Posto no Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins.

Os PAAHMs estão situados em locais de entrada, saída e transito tanto para dentro como para fora do território nacional. A partir da metodologia de atendimento desenvolvida pela ASBRAD[1], que por mais de 10 anos atendeu

---

[1] Asbrad - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude desenvolveu ações de atenção a mulheres deportadas e inadmitidas no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos e ainda hoje

pessoas em situação de possível tráfico de pessoas no aeroporto internacional de São Paulo – Guarulhos - foi criada uma política pública inovadora voltada à promoção da migração segura e a garantia de direitos civis, sociais e culturais para brasileiros e estrangeiros.

As diretrizes de regulamentação dessa Rede Nacional foram dispostas na Portaria nº 31, de 20 de agosto de 2009 e nº41, de 06 de novembro de 2009, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

No curso das atividades da Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em especial nos anos de 2013 e 2014, foram propostas profundas mudanças nessas diretrizes para que pudessem ser evidenciadas características de avanço nos trabalhos de cada Estado, garantindo a visibilidade e respeito a autonomia das politicas locais e, ao mesmo tempo, uma unicidade de propósitos a partir da visão de trabalho integrado e colaborativo em todo o Brasil.

Caminhamos nessa história de construção da Rede Nacional com avanços que traduziram a identidade desta rede a partir de sua própria diversidade, caracterizada pelos típicos e múltiplos desafios geográficos e políticos que dimensionam o Brasil e o estruturam como um território com perfil continental. Esse modelo de atuação garantiu célere encaminhamento de casos em todo o país e a realização do atendimento seguro e humanizado das vítimas e de seus familiares. Especialmente nas situações em que o aliciamento e a exploração se deram em estados diferentes daqueles de origens das vítimas, necessitando de atuação conjunta de NETPs e PAAHMs em diferentes Estados e Municípios.

Por meio de processos de debate onde a linha central de atividades destacou a conexão desses equipamentos públicos e a legitimidade do enfrentamento ao tráfico enquanto uma política de Estado, impessoal e contínua, foi possível a construção de conhecimentos capazes de sensibilização de diferentes atores do poder público e sociedade civil, garantindo visibilidade

---

desenvolve ações de atenção a vítimas de violência, pesquisas nacionais e produção de conhecimento em todo o país. Vide - http://www.asbrad.com.br

aos casos, atenção às pessoas e celeridades no atendimento de demandas que, muitas vezes, implicaram na mobilização de dois ou mais estados da federação.

Dentro das perspectivas e diretrizes de atuação da Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está a interlocução com os Comitês de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, que são instâncias de participação do poder público e da sociedade civil que contribuem para a formação políticas públicas e buscam promover a produção de parcerias entre instituições para que ações de cooperação e difusão das temáticas que envolvam o enfrentamento ao tráfico de pessoas, os direitos migratórios e o combate ao trabalho escravo possam ser vistas a partir da participação de todos como corresponsáveis e onde o protagonismo é traduzido pela união de instituições, não por ações isoladas de um único grupo ou instituição.

Atualmente existem em atividade no Brasil o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; quinze Comitês Estaduais, sendo que no Estado do Rio Grande do Sul as ações centralizam as temáticas sobre migração, refúgio, apatridia e tráfico de pessoas; quinze Comitês Regionais no Estado de São Paulo e a proposta de criação de um Comitê municipal nas Cidades de São Paulo e Porto Alegre.[2]

Toda a Rede Nacional de Núcleos e Postos, bem como os Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, apoiam e trabalham com os desafios de integração de ações entre instituições de distintas atuações e competências, estando a maior contribuição desse trabalho fundada na capacidade de sensibilização e multiplicação de conhecimento entre todos aqueles que compõem seus trabalhos.

Por meio de uma Gestão Integrada, um conjunto de atores estratégicos, numa perspectiva transversal e intersetorial, passaram a entender e se comprometer com as complexas realidades sociais, regionais, políticas e econômicas que circundam as histórias de pessoas que vivenciam situações de subtração de direitos.

---

[2] O Comitê Municipal do Rio Grande do Sul seguirá a mesma proposta de centralizar as temáticas sobre migração, refúgio, apatridia e tráfico de pessoas.

Destacamos, também, os esforços da Coordenação Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, vinculada à estrutura do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, responsável pela gestão dos convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios e pela integração das ações dos NETPs e PAAHMs em âmbito nacional.

A missão foi intensa e permanente para que ao longo de quatro anos pudéssemos alcançar a harmonização de entendimentos sobre conceitos, procedimentos e registros de casos relativos ao tráfico de pessoas em âmbito nacional, com o olhar de difusão desse trabalho para a Rede Nacional de Núcleos e Postos.

Ainda, foram construídas pesquisas, diagnósticos e geração de dados estatísticos tanto a partir dos dados locais como no âmbito nacional, a formação, capacitação e sensibilização de atores do poder público bem como o incentivo à elaboração de planos estaduais de enfretamento ao tráfico de pessoas.

Foram realizadas dez reuniões da Rede Nacional de Núcleos e Postos ao longo de quatro anos, onde todo o trabalho de incentivo e intercâmbio de experiências, informações, boas práticas, análise conjunta de desafios, dentro e fora da própria Rede Nacional produzissem, em todos os níveis de governo, o engajamento suficiente para a superação de desafios intrínsecos ao fenômeno do tráfico de pessoas.

As reuniões técnicas contaram com momentos específicos de participação de representantes de órgãos públicos, sociedade civil organizada e pesquisadores acadêmicos que auxiliaram na construção de conhecimento a partir do olhar de transdisciplinaridade do enfrentamento ao tráfico de pessoas com as políticas de migração, combate ao trabalho escravo, proteção da infância e juventude, assistência social, saúde, segurança pública, gestão pública e relações internacionais.

Essa cooperação construiu fluxos, procedimentos e protocolos de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas com parâmetros de unificação das categorias e das várias situações vividas nos atendimentos, tudo para que a produção de informações e a definição de diretrizes de atenção às vítimas

pudessem ser efetivadas de forma segura, seja para que a vítima possa permanecer onde sente segurança ou, até mesmo, para que o recâmbio à sua origem seja feito com atenção e respeito a sua vontade.

A Rede Nacional debateu e produziu o Formulário Unificado de Atendimento as Vítimas de Tráfico de Pessoas por NETPS e PAAHMs para fins de qualificar e integrar a forma e o conteúdo de coleta de dados com o propósito de permitir, no futuro, a construção de um sistema integrado para produção e estatísticas nacionais sobre o tema. Esse esforço pela construção de uma metodologia integrada possibilitou a realização do primeiro relatório de informações da Rede de NETPs e PAAHMs no primeiro semestre de 2014.

Além disso, foram elaborados pela Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com o International Centre for Migration Policy and Development e a União Europeia três produtos que contribuíram para a disseminação do conhecimento e profissionalização das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas: o Guia de Referência a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – que contém um conjunto de informações sobre conceitos e procedimentos relativos à garantia de direitos às vítimas diretas e indiretas do tráfico de pessoas; o Guia de atuação para a rede de NETPs e PAAHMs que dispõe de diretrizes o para a construção e manutenção desses espaços, com especificações dos marcos regulatórios necessários, as especificações das equipes técnicas e dos procedimentos para a viabilidade da atuação em rede; e o Guia de Formação de formadores com a apresentação de um conjunto de técnicas para a abordagem do tema com públicos distintos, o que inclui, por exemplo, a utilização da metodologia da estética do oprimido de Paulo Freire, e a pedagogia do oprimido de Augusto Boal, para a compreensão e transformação das realidades que levam ao tráfico de pessoas.

Outro destaque importante da atuação da Rede de NETPs e PAAHMs ocorreu durante a Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (De 28 de julho a 1º de agosto de 2014), data que pela primeira vez mobilizou nacionalmente as ações da Rede Nacional, no qual pontos turísticos e prédios públicos de diversas cidades brasileiras ficaram iluminados na cor azul em homenagem ao dia 30 de Julho, Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de

Pessoas. Na mesma semana, além disso, foram lançadas publicações e relatórios com dados sobre o combate e a detecção desse crime, realizadas palestras, debates, blitzs informativas, caminhadas etc. que deram maior visibilidade ao tema e possibilitaram a construção e importantes debates para a qualificação da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No que tange a construção de políticas públicas, a atenção e preocupação de toda a Rede Nacional também ficou voltada ao grande desafio de superação das mudanças políticas e das equipes.

Em processos de renovação das gestões políticas foram vivenciados pela Rede Nacional a ausência de memória das atividades ou a necessidade de revisão de ações para o fim de aperfeiçoamento das atividades. Dentro dessa perspectiva foram adotadas ações onde o respeito aos protocolos de encaminhamentos de casos, a realização de planejamentos estratégicos, a publicação de relatórios, atas e deliberações. Estes caminhos foram trilhados para que a continuidade de trabalhos possam ser comum a todos os que partilhem das renovações de equipes, garantindo que toda e qualquer mudança possa estar assistida de informações que continuem a fortalecer novos olhares e novas ações.

Ao olharmos para o trabalho desenvolvido ao longo desses anos, todos os representantes da Rede Nacional reconhecem momentos onde superação e comprometimento foram os caminhos para que o legado de reconhecimento e legitimidade das ações do grupo, sua gestão integrada da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas com atores públicos e sociais, bem como a capacidade de geração de dados e informações confiáveis pudessem se propagar, servindo de referência e auxílio a todos que partilhem, no futuro, os trabalhos construídos pela Rede.

Entre um dos sensíveis debates, houve momentos onde não só conceitos foram harmonizados, como também o perfil de linguagem visual do trabalho dessa rede foi revisto.

Todos sabem, sentem e compreendem a gravidade e dureza da realidade do tráfico de pessoas. As abordagens jornalísticas, os símbolos e imagens utilizados em materiais de campanha, como cartazes e folders, vinham

continuamente apresentando imagens negativas, ainda que verdadeiras, sobre as experiências vividas por cada pessoa que sofreu com o tráfico humano. Contudo, ao olharmos para o grupo, para o sentido de trabalho em rede que se formou, percebemos que o valor desse trabalho estava na capacidade de partilhar angustias, superar traumas e garantir, ainda que de forma mínima, atenção para qualquer pessoa que procure pelo trabalho da Rede.

A partir desse novo olhar, coletivamente os membros da Rede se conscientizaram da necessidade de se criar uma identidade visual que salientasse a credibilidade das ações e apresentasse uma imagem positiva, humanizada e que ressaltasse a noção de rede, em todo o Brasil. Uma logomarca única passou a identificar a Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa logomarca seguirá como a identidade visual de um trabalho feito para pessoas e onde a garantia universal dos direitos é o objeto de todo o trabalho realizado.

Muito foi feito pela Rede Nacional de NETPs e PAAHMs, nos últimos anos. Mas, precisamos avançar ainda mais. É necessário expandir a Rede para os onze estados da federação que ainda não possuem NETPs e introduzir mais estruturas de PAAHMs nos grandes aeroportos, portos, rodoviárias, rodovias e especialmente nas regiões de territórios fronteiriços.

Precisamos produzir planos específicos de enfrentamento ao tráfico de pessoas que dialoguem e interajam com as demais políticas de direitos humanos e que permitam o compartilhamento de iniciativas entre os diversos entes federados, respeitadas as autonomias e realidades de cada ente federado.

Igualmente é preciso avaliar os modelos atuais de convênios e discussões de novos cenários de sustentabilidade da estrutura de NETPs e PAAHMs, o que inclui a busca constante pela manutenção de equipes estruturadas e capacitadas para o tema, numa perspectiva de política pública de Estado, perene, bem como é necessário avançar na produção de conhecimento qualitativo e quantitativo das manifestações de tráfico de pessoas e dos serviços prestados pela Rede Nacional de NETPs e PAAHMs e de seus parceiros locais.

Esses dados deverão ser constantemente alimentados, o que permitirá a produção mais fidedigna de conhecimento sobre os atendimentos de casos em todo o país. O que é essencial para a qualificação da politica de seu enfrentamento, na produção de ações alinhadas com as diversas realidades nas quais este fenômeno se manifesta.

O incentivo a participação social, por meio do fortalecimento e criação dos Comitês estaduais, municipais e regionais de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e na interlocução com o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estão postos como desafios para gestores e tomadores de decisão responsáveis pela implementação da política nacional nos próximos anos.

Por fim, apresentados relatos e memórias de quatro anos contínuos de trabalho, vividos a partir das histórias e experiências de muitos outros anos de construção dessa política pública nacional.

Certo é, que o compromisso de cada membro, na construção desta rede, foi permeado por esforços subjetivos, pessoais mesmo, que buscaram garantir que todo o trabalho fosse feito para qualquer um e para todo mundo.

Paradoxalmente, poderíamos dizer que aquilo que é individual não é coletivo, mas isso não é verdade. Foram pedaços de tempo e vida de cada pessoa que possibilitaram e possibilitarão, neste futuro que se abre, de mudanças e mais desafios, que esta Rede Nacional receba novas subjetividades que esperamos estejam inundadas pelo sentimento daquilo que nos é humano, e nos é mais caro, a nossa capacidade de pensar coletivamente.

O protagonismo dessa Rede é pautado na certeza de que o individuo pode ter convicções, experiências, crenças, sonhos e desejos, de mudar, construir e imprimir em cada ato de trabalho sua natureza, mas somente pela união podemos transformar.